No. 47131

Brazil
and
Romania

Extradition Treaty between the Federative Republic of Brazil and Romania. Brasilia, 12 August 2003

Entry into force: *10 June 2008 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article 15*

Authentic texts: *Portuguese and Romanian*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 5 February 2010*

Brésil
et
Roumanie

Traité d'extradition entre la République fédérative du Brésil et la Roumanie. Brasilia, 12 août 2003

Entrée en vigueur : *10 juin 2008 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article 15*

Textes authentiques : *portugais et roumain*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 5 février 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ROMÊNIA

A República Federativa do Brasil

e

A Romênia
(adiante denominados Estados Contratantes),

Desejosos de regulamentar a extradição recíproca de criminosos,

Acordam o que se segue:

ARTIGO 1
Obrigação de Extradição

1. Os Estados Contratantes comprometem-se reciprocamente a extraditar, de acordo com as regras e nas condições previstas pelo presente Tratado, qualquer pessoa que se encontre no território do Estado Contratante requerido e que esteja acusada ou condenada por crime que autorize a extradição, com base no artigo 2.

2. A extradição será possível para um dos crimes previstos no artigo 2 caso seja cometido no território do Estado Contratante requerente ou em um terceiro Estado e o Estado Contratante requerente tenha competência para processar e julgar a pessoa reclamada e aplicar a pena.

3. A extradição será possível em relação aos crimes previstos no artigo 2, indiferentemente de tal crime ter sido cometido antes ou depois da entrada em vigor do presente Tratado.

ARTIGO 2
Crimes passíveis de extradição

1. O presente Tratado aplicar-se-á a crimes que sejam puníveis nas legislações de ambos os Estados Contratantes com penas privativas de liberdade de no mínimo um ano.

2. Se a extradição for solicitada para fins de cumprimento de sentença será necessário ainda que a pena a cumprir seja de, no mínimo, um ano.

3. Se o pedido de extradição se referir a dois ou mais delitos punidos com detenção pelas leis dos Estados Contratantes, mesmo se apenas um deles corresponder às condições previstas no parágrafo 1 sobre a duração da pena, a extradição poderá ser admitida também para as outras infrações.

4. No caso de infrações fiscais a extradição não poderá ser recusada pelo fato de a legislação do Estado Contratante requerido não prever o mesmo regime de taxas e impostos ou não dispor do mesmo tipo de regulamentação em matéria de taxas e impostos, alfândega ou câmbio de moeda estrangeira como a legislação do Estado requerente.

ARTIGO 3

Motivos para recusa da extradição

1. Uma pessoa não será extraditada se a autoridade competente do Estado Contratante requerido constatar o seguinte:

a) a pessoa reclamada é nacional do Estado contratante requerido; ou

b) a infração pela qual a extradição é solicitada for de natureza política ou exclusivamente militar; ou

c) se houver importantes razões para considerar que a extradição de uma pessoa foi requerida com vistas à sua perseguição ou punição por motivos raciais, religiosos, de nacionalidade ou étnicos ou por suas convicções políticas; ou que a situação dessa pessoa poderá agravar-se por um ou outro daqueles motivos; ou

d) se a pessoa cuja extradição for requerida tiver sido julgada definitivamente, indultada ou anistiada no território do Estado Contratante Requerido pelo mesmo crime que consta do pedido de extradição ou se tiver ocorrido a prescrição segundo a lei de pelo menos um dos Estados Contratantes; ou

e) se a pessoa requerida para a extradição tiver sido condenada ou deva ser julgada no Estado Contratante requerente por um Tribunal de exceção ou "ad hoc".

2. Em caso de pena de morte a extradição não é possível, salvo mediante promessa expressa formulada pelo Estado Contratante requerente de que a mesma não será executada, havendo comutação.

3. Para fins do presente Tratado, não serão considerados como políticos, especialmente, os seguintes crimes:

a) atentado contra a vida do Chefe de Estado ou um membro de sua família;

b) genocídio, crimes de guerra, crimes contra a paz e a humanidade;

c) terrorismo.

ARTIGO 4
Obrigação em casos de recusa de extradição

1. A recusa da extradição do nacional obriga o Estado Contratante requerido a submeter a causa, a pedido do Estado Contratante requerente, às suas autoridades judiciárias competentes para o exercício da persecução penal e o julgamento, se for o caso.

2. No caso de o Estado Contratante requerido recusar a extradição de um estrangeiro, acusado ou condenado no Estado Contratante requerente, por infração grave ou por fatos incriminatórios previstos em convenções internacionais que não impõem outro modo de repressão, o exame da própria competência e o exercício, se for o caso, da ação penal serão feitos *ex officio,* sem exceção e sem atraso.

3. Nos casos previstos nos parágrafos 1 e 2, o Estado Contratante requerente transmitirá gratuitamente ao outro Estado os documentos, informações e objetos vinculados ao crime. O Estado Contratante requerente será informado sobre o resultado do seu pedido.

ARTIGO 5
Procedimentos para a extradição

1. Sem prejuízo das disposições do artigo 6, o pedido de extradição deverá ser apresentado por escrito e encaminhado pela via diplomática.

2. O pedido deverá ser acompanhado de documentação que contenha:

a) dados de identificação da pessoa procurada, juntamente com quaisquer outras informações que possam ajudar a estabelecer sua identidade, nacionalidade (cidadania) e local onde se encontra;

b) informações sobre o crime que motivou o pedido de extradição;

c) os textos da lei aplicáveis ao caso;

d) no caso de uma pessoa condenada, original ou cópia autenticada da decisão condenatória e do mandado de execução da pena de prisão ou ato equivalente;

e) no caso de uma pessoa indiciada ou acusada, original ou cópia autenticada do mandado de prisão emitido pela autoridade competente no território do Estado Contratante requerente.

3. Caso as informações fornecidas pelo Estado Contratante requerente sejam consideradas insuficientes para possibilitar ao Estado Contratante requerido tomar uma decisão sobre o caso, em conformidade com o disposto neste Tratado, o Estado Contratante requerido deverá solicitar ao outro Estado as necessárias informações complementares, e poderá fixar um prazo para seu recebimento.

ARTIGO 6
Da Prisão Preventiva

1. Em casos de urgência, a pessoa procurada poderá, em conformidade com a legislação do Estado Contratante requerido, ser presa preventivamente mediante solicitação das autoridades competentes do Estado Contratante requerente. O pedido de prisão preventiva deverá indicar a intenção de que será solicitada a extradição dessa pessoa e incluir uma declaração da existência de mandado de prisão ou sentença condenatória proferida contra a mesma, bem como os dados de sua identificação.

2. A pessoa presa em decorrência de solicitação dessa natureza será libertada após sessenta (60) dias a contar da data de sua detenção se o pedido de extradição não for recebido dentro desse prazo. A libertação da pessoa procurada não exclui uma nova prisão nem extradição se um pedido for posteriormente recebido.

3. O pedido de prisão preventiva também poderá ser transmitido por meio da Organização Internacional da Polícia Criminal - INTERPOL, desde que seja paralelamente comunicado pela via diplomática.

ARTIGO 7
Concurso de Pedidos

Se a extradição de uma pessoa for solicitada em concurso com pedidos de terceiros Estados, seja pelo mesmo crime ou por um outro crime, o Estado Contratante requerido tomará sua decisão, dentro dos limites previstos na sua legislação, após levar em consideração as circunstâncias da causa, inclusive as disposições sobre a matéria contidas em quaisquer acordos existentes entre o Estado Contratante requerido e os terceiros Estados requerentes, a gravidade e o local do crime, as respectivas datas dos pedidos, a nacionalidade (cidadania) e o local de residência da pessoa procurada e a possibilidade de extradição subseqüente para outro Estado requerente.

ARTIGO 8
Decisão de Extradição e Entrega do Extraditado

1. O Estado Contratante requerido informará ao Estado Contratante requerente, pela via diplomática, a respeito de sua decisão sobre o pedido de extradição.

2. No caso de recusa de um pedido de extradição, o Estado Contratante requerido comunicará também as razões da denegação.

3. Se o pedido for aceito, o Estado Contratante requerente será informado sobre o local e a data de entrega do extraditado, bem como sobre a duração de detenção deste com vistas à sua entrega.

4. O Estado Contratante requerente providenciará a remoção do extraditado do território do Estado Contratante requerido dentro do prazo de trinta (30) dias, admitida prorrogação máxima de trinta (30) dias. Nova prorrogação somente será admitida diante de motivo de força maior. Se a pessoa não for removida dentro desse prazo, o Estado Contratante requerido poderá recusar-se a extraditá-la pelo mesmo crime.

ARTIGO 9
Devolução de Bens

1. Ao deferir um pedido de extradição, o Estado Contratante requerido devolverá ao Estado Contratante requerente, nos limites da legislação daquele Estado, todos os objetos (inclusive quantias em espécie):

a) que possam ser usados como prova do crime; ou

b) que tenham sido adquiridos pela pessoa procurada em decorrência do crime e que estejam em sua posse ou que tenham sido descobertos posteriormente.

2. Se os objetos em questão estiverem sujeitos a seqüestro ou a confisco no território do Estado Contratante requerido, este poderá, no âmbito de processos pendentes, retê-los temporariamente ou entregá-los sob condição de que os mesmos serão devolvidos.

3. As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo do direito do Estado Contratante requerido ou de qualquer outra pessoa que não seja a pessoa procurada. Existindo tal direito, os bens serão devolvidos ao Estado Contratante requerido mediante solicitação e sem ônus, na maior brevidade possível, após a conclusão do processo judiciário.

ARTIGO 10
Regra da Especialidade

1. A pessoa extraditada gozará de todos os seus direitos individuais e não será processada, julgada ou detida com vista à execução de uma sentença ou ordem de prisão por um crime cometido antes da sua entrega, diverso daquele pelo qual a extradição tiver sido concedida, exceto nos seguintes casos:

a) quando o Estado Contratante que entregou a pessoa em questão consentir. O pedido de consentimento deverá ser apresentado por via diplomática, instruído pelos documentos previstos no artigo 5 e juntamente com cópia autêntica de depoimento feito pela pessoa extraditada com respeito ao delito em causa;

b) quando a pessoa extraditada, tendo tido oportunidade de fazê-lo, não houver deixado o território do Estado ao qual foi entregue, transcorridos quarenta e cinco (45) dias de sua liberação definitiva, ou, tendo-o deixado, haja retomado.

2. Quando a tipificação do delito que motivou a acusação for alterada, durante a tramitação do processo, a pessoa extraditada somente será processada, julgada ou condenada caso o delito em causa, em sua nova descrição, continue a ser crime passível de extradição.

3. Uma pessoa não será, sem o consentimento do Estado Contratante requerido, reextraditada para um terceiro Estado em decorrência de um crime cometido antes de sua entrega ou retomo ao Estado Contratante requerente, a menos que, após ter tido oportunidade de deixar o território do Estado ao qual foi entregue, não o tenha feito dentro de um prazo de sessenta (60) dias a contar da data de sua liberação definitiva 01,1 tenha retomado a esse território após tê-lo deixado.

ARTIGO 11
Idiomas Utilizados

O pedido de extradição e os documentos apresentados estarão acompanhados de traduções oficiais para o idioma do Estado Contratante requerido.

ARTIGO 12
Despesas

As despesas referentes à tramitação do pedido de extradição serão custeadas da seguinte maneira:

a) o Estado Contratante requerente deverá tomar todas as providências necessárias com relação à sua representação processual no Estado Contratante requerido referente a quaisquer procedimentos decorrentes do pedido de extradição, e deverá arcar com as eventuais despesas daí decorrentes;

b) despesas relativas ao transporte da pessoa extraditada serão custeadas pelo Estado Contratante requerente;

c) outras despesas no território do Estado Contratante requerido referentes à tramitação do pedido de extradição serão custeadas pelo Estado Contratante requerido.

ARTIGO 13
Assistência Jurídica Recíproca

Cada Estado Contratante oferecerá ao outro, nos limites previstos na sua legislação, assistência jurídica em relação ao crime pelo qual foi solicitada a extradição.

ARTIGO 14
Correlação com Outros Tratados Internacionais

O presente Tratado:

1. Não prejudica as obrigações que os Estados Contratantes ou um deles assumiu ou assumirá em conformidade com qualquer outra convenção internacional de caráter multilateral.

2. Ao mesmo tempo, deve facilitar a eventual aplicação dos princípios contidos nas convenções internacionais já mencionadas.

ARTIGO 15
Disposições finais

1. Este Tratado está sujeito à ratificação e os instrumentos pertinentes serão trocados em Bucareste tão logo quanto possível. O Tratado entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação.

2. O presente Tratado terá duração indeterminada. Contudo, qualquer um dos Estados Contratantes poderá denunciá-lo a qualquer momento, mediante notificação ao outro pela via diplomática. Neste caso, o Tratado deixará de vigorar seis (6) meses após o recebimento da notificação.

Feito em Brasília, em de agosto de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e romeno, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto por suas autoridades competentes, firmam o presente Tratado.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA REPÚBLICA DA ROMÊNIA

[ROMANIAN TEXT – TEXTE ROUMAIN]

TRATAT DE EXTRĂDARE ÎNTRE REPUBLICA FEDERATIVĂ A BRAZILIEI ŞI ROMÂNIA

Republica Federativă a Braziliei

şi

România,
denumite în continuare State Contractante,

Dorind să reglementeze extrădarea reciprocă a infractorilor,

Au convenit următoarele:

ARTICOLUL 1
Obligaţia de extrădare

1. Statele Contractante se angajează să-şi extrădeze reciproc, potrivit regulilor şi în condiţiile prevăzute in prezentul Tratat, orice persoană care, aflată pe teritoriul Statului Contractant solicitat, este învinuită sau condamnată pentru o infracţiune pentru care se poate solicita extrădarea conform art. 2.

2. Extrădarea va fi posibilă pentru una din infracţiunile prevăzute în art. 2, dacă infracţiunea este săvârşita pe teritoriul Statului Contractant solicitant sau intr-un stat terţ, iar Statul Contractant solicitant are competenţa de urmărire penală, judecare a persoanei reclamate şi de punere în executare a pedepsei aplicate acesteia.

3. Extrădarea va fi posibilă pentru infracţiunile prevăzute in art. 2, indiferent dacă acestea sunt săvârşite înainte sau după intrarea în vigoare a prezentului Tratat.

ARTICULUL 2
Infracţiuni pentru care se acordă extrădarea.

1. Prezentul Tratat se aplică infracţiunilor care se pedepsesc de legile ambelor State Contractante cu pedepse privative de libertate de cel puţin 1 an.

2. În cazul în care se cere extrădarea în scopul executării sentinţei; o condiţie suplimentară va fi ca pedeapsa rămasă de executat să fie de cel puţin 1 an.

3. Dacă cererea de extrădare se referă la două sau mai multe infracţiuni pedepsite cu închisoare de legile Statelor Contractante, chiar dacă numai una dintre ele corespunde condiţiilor prevăzute la paragraful 1 privind durata pedepsei, extradarea poate fi admisă şi pentru celelalte infracţiuni.

4. În cazul infracţiunilor fiscale, extrădarea nu va putea fi refuzată pe motiv că legislaţia Statului Contractant solicitat nu prevede acelaşi regim de taxe şi impozite sau nu conţine acelaşi tip de reglementare în materie de taxe şi impozite, vamă sau schimb valutar ca şi legislaţia Statului Contractant solicitant.

ARTICOLUL 3
Motive de refuz al extrădării

1. O persoană nu va fi extrădată daca autoritatea competentă din Statul Contractant solicitat constată următoarele:

a. persoana reclamată este cetăţean al Statului Contractant solicitat; sau

b. infracţiunea pentru care se solicită extrădarea este o infracţiune de natură politică sau exclusiv militară; sau

c. există motive serioase să considere că cererea de extrădare a fost prezentată cu scopul de a urmări sau de a pedepsi o persoană pentru considerente de rasă, religie, naţionalitate, etnie sau de opinii politice ori că există riscul ca situaţia acestei persoane să fie agravată pentru unul sau altul dintre motivele sus-menţionate; sau

d. daca persoana a cărei extrădare este solicitată a fost judecată definitiv, grațiată sau amnistiată pe teritoriul Statului Contractant solicitat pentru aceeași intracțiune care face obiectul cererii de cxtrădare sau pentru care, potrivit legii a cel puțin unuia dintre Statele Contractante. a intervenit prescripția;
sau

e. dacă persoana a cărei extrădare se solicită a fost condamnată sau urmează a fi judecată în Statul Contractant solicitant de către un tribunal excepțional sau ad-hoc.

2. În caz de pedeapsă capitală, extrădarea nu este posibílă decăt dacă există promisiune fermă, dată de Statul Contractant solicitant, că pedeapsa nu se va executa, ci va fi comutată.

3. În sensul prezentului Tratat, nu sunt considerate infracțiuni politice, în special:

a. atentatul la viața unui șef de stat sau a unui membru al familiei sale;

b. genocidul, crimele de război, crimele împotriva păcii și umanității;

c. terorismul.

ARTICOLUL 4
Obligații în caz de refuz al extrădării

1. Refuzul extrădării propriului cetățean obligă Statul Contractant solicitat ca la cererea Statului Contractant solicitant să supună cauza autorităților sale judiciare competente, astfel încât să se poată exercita urmărirea penală și judecata, dacă este cazul.

2. În cazul în care Statul Contractant solicitat optează pentru soluția refuzului extrădării unui străin, învinuit sau condamnat în Statul Contractant solicitant pentru infracțiuni grave sau pentru cele incriminate prin convenții internaționale care nu impun un alt mod de represiune, examinarea propriei competențe și exercitarea, dacă este cazul, a acțiunii penale se fac din oficiu, fără excepție și fără întârziere.

3. În cazurile prevăzute la paragrafele 1 și 2, Statul contractant solicitant ar urma să transmită gratuit Statului Contractant solicitat dosarele, informațiile și obiectele privind infracțiunea. Statul Contractant solicitant va fi informat despre rezultatul cererii sale.

ARTICOLUL 5
Procedura extrădării

1. Fără să se aducă atingere dispoziţiilor art. 6, cererea de extrădare va fi intocmită în scris şi transmisă pe cale diplomatică.

2. Cererea va fi insoţită de documente, care să conţină:

a. date de identiticare a persoanei urmărite, împreună cu orice altă intormaţie utilă în stabilirea identitaţii, naţionalităţii (cetăţeniei) şi a locului în care aceasta se află;

b. informatii despre infracţiunea pentru care se solicită extrădarea;

c. textele legale aplicabile în cauză;

d. in cazul unei persoane condamnate, originalul sau copia certificată de pe hotărârea de condamnare şi de pe mandatul de executare a pedepsei inchisorii sau de pe orice alt act având putere egală;

e. în cazul unei persoane invinuite sau inculpate, mandatul de arestare emis de autoritatea competentă pe teritoriul Statului Contractant solicitant, sau o copie certificată a acestuia.

3. Dacă informaţiile comunicate de Statul Contractant solicitant sunt considerate insuficiente pentru a permite Statului Contractant solicitat să ia o decizie în conformitate cu prevederile prezentului Tratat, Statul Contractant solicitat va cere informaţii suplimentare şi va putea fixa o dată pentru primirea acestora.

ARTICOLUL 6
Arestarea provizorie

1. În cazuri urgente, persoana urmarită poate, potrivit legii Statului Contractant solicitat, să fie arestată provizoriu la cererea autorităţilor competente ale Statului Contractant solicitant.

Cererea de arestare provizorie va trebui să indice intenţia de a solicita extrădarea acestei persoane şi să includă o declaraţie despre existenţa unui mandat de arestare sau a unei sentinţe de condamnare pronunţată împotriva persoanei urmărite, precum şi de datele de identificare ale acesteia.

2. Persoana arestată pe baza unei astfel de cereri va fi pusă în libertate la expirarea unei perioade de şaizeci (60) de zile de ta data arestării, dacă cererea de extrădare nu a fost primită in acest interval. Punerea în libertate nu exclude o nouă arestare şi nici extrădarea persoanei urmărite, dacă cererea de extrădare a fost primită ulterior.

3. Cererea de arestare provizorie poate fi transmisă prin Organizaţia Internaţională a Poliţiei Criminale (INTERPOL), comunicându-se totodată cererea şi pe cale diplomatică.

ARTICOLUL 7
Cereri concurente

Dacă extrădarea unei persoane este solicitată în concurs cu cereri ale unor state terţe, fie pentru aceeaşi intracţiune, fie pentru o altă infracţiune, Statul Contractant solicitat va hotărî, în limitele permise de propria sa legislaţie, ţinând cont de circumstanţele cauzei, inclusiv de prevederile din orice alte convenţii incheiate între Statul Contractant solicitat şi statele terţe solicitante, precum şi de gravitatea şi locul săvârşirii infracţiunilor, datele cererilor, naţionalitatea (cetăţenia) şi reşedinţa persoanei ulmărite şi de posibilitatea extrădarii ulterioare a acesteia într-un alt stat solicitant.

ARTICOLUL 8
Hotărârea de extrădare şi predarea extrădatului

1. Statul Contractant solicitat va informa Statul Contractant solicitant pe cale diplomatică despre hotărârea sa asupra cererii de extrădare.

2. În cazul în care cererea de extrădare este respinsă, Statul Contractant solicitat va comunica şi motivele refuzului.

3. Dacă cererea este admisă, Statul Contractant solicitant va fi informat despre locul şi data predării extrădatului, precum şi despre durata arestării în vederea predării.

4. Statul Contractant solicitant va asigura preluarea extrădatului din Statul Contractant solicitat în termen de treizeci (30) de zile, cu posibilitatea prelungirii cu cel mult treizeci (30) de zile. O nouă prelungire va fi admisă numai în caz de forţă majoră. În cazul în care persoana nu este preluată în acest termen, Statul Contractant solicitat poate refuza extrădarea pentru aceeaşi infracţiune.

ARTICOLUL 9
Remiterea bunurilor

1. În cazul în care cererea de extrădare este admisă, Statul Contractant solicitat va transmite, în măsura în care îi permite legea proprie, Statului Contractant solicitant, toate bunurile (inclusiv sumele de bani) care:

a. pot servi ca probe ale infracţiunii sau

b. au fost dobândite de către persoana în cauză prin săvârşirea infracţiunii şi se află în posesia acesteia ori au fost descoperite ulterior.

2. Dacă bunurile în cauza sunt sechestrate sau confiscate pe teritoriul Statului Contractant solicitat, acesta poate, în legătură cu procesul aflat pe rol, să le reţină temporar sau să le predea sub condiţia de a-i fi înapoiate.

3. Aceste prevederi nu vor aduce atingere drepturilor Statului Contractant solicitat sau ale oricărei alte persoane decât cea urmărită. Dacă aceste drepturi există, bunurile vor fi înapoiate, la cerere, Statului Contractant solicitat, în mod gratuit, cât mai curând posibil după încheierea procesului.

ARTICOLUL 10
Regula specialităţii

1. Persoana care a fost extrădată va beneficia de toate drepturile sale individuale şi nu va fi urmarită, judecată sau deţinută în vederea executării unei sentinţe sau a unui mandat de arestare pentru o infracţiune săvârşită înaintea predării sale, alta decât cea pentru care a fost extrădată, cu excepţia următoarelor cazuri:

a. când Statul Contractant care l-a predat consimte. Cererea privind acordarea consimţământului va fi înaintată pe cale diplomatică, împreună cu documentele prevăzute la art. 5 şi cu înregistrarea legală a declaraţiilor făcute de persoana extrădată în legătura cu infracţiunea în cauză;

b. când persoana respectivă, având posibilitatea de a părăsi teritoriul Statului Contractant unde a fost extrădat, nu a făcut acest lucru in patruzecişicinci (45) de zile de la punerea sa în libertate ori s-a întors pe acel teritoriu după ce l-a părăsit.

2. Când calificarea juridică dată infracţiunii se modifică în cursul procesului, persoana extrădată va fi urmărită, judecată sau condamnată doar în cazul în care infracţiunea prin noua sa încadrare juridică conţine elementele unei infracţiuni care permite extrădarea.

3. Persoana nu va fi re-extrădată, fără acordul Statului Contractant solicitat, într-un stat terţ pentru o infracţiune săvârşita înainte de predarea sau înapoierea sa în Statul Contractant solicitant, cu excepţia cazului când, având ocazia de a părăsi teritoriul Statului Contractant unde a fost predat, nu a făcut acest lucru în şaizeci (60) de zile de la punerea sa în libertate, ori s-a întors pe acel teritoriu după ce l-a părăsit.

ARTICOLUL 11
Limbile folosite

Cererea de extrădare şi documentele anexe vor fi însoţite de taduceri oficiale în limba Statului Contractant solicitat.

ARTICOLUL 12
Cheltuieli

Cheltuielile necesare cererii de extrădare vor fi efectuate după cum urmează:

a. Statul Contractant solicitant va face toate pregătirile pentru reprezentarea sa in Statul Contractant solicitat în orice procedură legată de cerere şi va suporta cheltuielile aferente în Statul Contractant solicitat;

b. cheltuielile pentru transportul persoanei extrădate vor fi suportate de către Statul Contractant solicitant;

c. toate celelalte cheltuieli de pe teritoriul Statului Contractant solicitat necesare cererii de extrădare vor fi suportate de către acest Stat Contractant.

ARTICOLUL 13
Asistenţă juridică reciprocă

Statele Contractante îşi vor acorda reciproc, în limitele prevăzute de propriile legi, asistenţă juridică în legătură cu infracţiunea pentru care s-a solicitat extrădarea.

ARTICOLUL 14
Relaţia cu alte convenţii internaţionale

Prezentul Tratat:

1. nu aduce atingere obligaţiilor pe care Statele Contractante sau unul dintre acestea le-a asumat sau le va asuma potrivit oricărei alte convenţii internaţionale cu caracter multilateral.

2. în acelaşi timp, trebuie să faciliteze aplicarea, dacă este cazul, a principiilor conţinute în convenţiile internaţionale sus-menţionate.

ARTICOLUL 15
Dispoziţii finale

1. Prezentul Tratat este supus ratificării, iar instrumentele de ratificare vor fi schimbate la Bucureşti cât mai curând posibil. Tratatul va intra în vigoare la data schimbării instrumentelor de ratificare.

2. Prezentul Tratat este încheiat pe o durată nelimitată. Cu toate acestea, oricare dintre Statele Contractante îl va putea denunţa în orice moment, prin notificare făcută celuilalt Stat Contractant, pe cale diplomatică. În acest caz, Tratatul va înceta să producă efecte la şase (6) luni de la primirea notificării.

Încheiat la Brasília la 12 august 2003, în două exemplare originale, în limbile portugheză şi română, ambele texte fiind egal autentice.

Subsemnaţii, legal autorizaţi de către autorităţile lor competente, semnează prezentul Tratat.

Pentru Republica Federativă a Braziliei

Pentru România

[TRANSLATION – TRADUCTION]

EXTRADITION TREATY BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND ROMANIA

The Federative Republic of Brazil and Romania (hereinafter referred to as the "Contracting States"),

Desiring to regulate the reciprocal extradition of offenders,

Have agreed as follows:

Article 1. Duty to extradite

1. Each Contracting State undertakes to extradite to the other, in the circumstances and subject to the rules and conditions specified in this Treaty, any person who has been accused or convicted of an extraditable offence, as defined in article 2, is found within the territory of the Requested State.

2. Extradition shall also be available in respect of any of the crimes mentioned in article 2, if committed in the territory of the Requesting State or a third State, and/or the Requesting State has jurisdiction to try and sentence and apply the respective penalty.

3. Extradition show also be available in respect of the crimes mentioned in article 2, irrespective of whether the crime in question was committed before or after this Treaty entered into force.

Article 2. Extraditable offences

1. This Treaty shall apply to offences that are punishable under the laws of both Contracting States by deprivation of liberty for at least one year.

2. Where extradition is requested for the purpose of carrying out a sentence, a further requirement shall be that the sentence to be served must be for a period of at least one year.

3. If the extradition request relates to two or more crimes punished by deprivation of liberty by the laws of the Contracting States, even if only one of them satisfies the conditions concerning the length of the sentence set out in paragraph 1, extradition may also be granted for the other offences.

4. In the case of tax offences, extradition may not be refused on the grounds that the legislation of the Requested State does not contain the same tax regime or the same type of tax, customs or foreign-exchange regulations as the legislation of the Requesting State.

Article 3. Grounds for refusal of extradition

1. A person shall not be extradited if the competent authority in the Requested State is satisfied that:

(a) the person to be extradited is a national of the requested State; or

(b) the offence for which extradition is requested is of a political or exclusively military nature; or

(c) there are substantial grounds for believing that the extradition of a person was requested with a view to prosecution or punishment for racial, religious, nationality or ethnic reasons, or for the person's political convictions; or that the situation of the person in question could be prejudiced by one or other of those motives; or

(d) if the person sought has been definitively tried, absolved or granted an amnesty in the territory of the Requested State for the same crime as specified in the extradition request, or if the offence has expired under the statute of limitations in the law of at least one of the two Contracting States; or

(e) if the person sought has been, or is about to be, sentenced in the Requesting State by a special or ad hoc court.

2. In the case of the death penalty, extradition shall not be possible, unless the Requesting State gives an explicit assurance that the sentence will not be carried out but will be commuted.

3. For the purposes of this Treaty, the following offences in particular shall not be considered political:

(a) attempts against the life of the head of State or a member of his or her family;

(b) genocide, war crimes, crimes against peace and humanity;

(c) terrorism.

Article 4. Obligation in cases of refusal of extradition

1. If the Requested State refuses to extradite its own national, and if Requested by the Requesting State, it shall submit the case to its competent judicial authorities for criminal prosecution and sentencing, as the case may be.

2. Should the Requested State refuse to extradite a foreign national, who has been accused or convicted in the Requesting State of a serious offence or incriminating facts specified in international agreements that do not impose any other means of redress, the review of competency and/or exercise of criminal proceedings, as the case may be, will be done ex officio, without exception or delay.

3. In the cases mentioned in paragraphs 1 and 2, the Requesting State shall transmit free of charge to the other State documents, information and items related to the crime. The Requesting State will be notified of the result of its request.

Article 5. Extradition procedures

1. Without prejudice to article 6, the extradition request shall be submitted in writing and communicated through the diplomatic channel.

2. The request shall be accompanied by documentation containing:

(a) particulars of the person being sought, together with any other information that could help to establish his or her identity, nationality (citizenship) and residency;

(b) particulars of the offence for which extradition is requested;

(c) the texts of any laws applicable to the case;

(d) in the case of a convicted person, the original or authenticated copy of the ruling of conviction and prison sentence, or equivalent document;

(e) in the case of an accused person, the original or authenticated copy of the arrest warrant issued by the competent authority in the territory of the Requesting State.

3. If the information communicated by the Requesting State is found to be insufficient to allow the Requested State to make a decision on the case, pursuant to this Treaty, the latter shall request the necessary supplementary information from the other State, and may set a time limit for receipt thereof.

Article 6. Provisional arrest

1. In urgent cases, the person sought may, in accordance with the law of the Requested State, be provisionally arrested following an application by the competent authorities of the Requesting State. The application shall indicate the intention to request the extradition of that person, and include a statement of the existence of a warrant of arrest or conviction order against the person, as well as particulars of his or her identification.

2. The person arrested upon such an application shall be set at liberty upon expiration of 60 days from the date of his or her arrest, if a request for extradition has not been received. The release of the person sought shall not prevent the institution of further proceedings for his or her extradition if a request is subsequently received.

3. A warrant for provisional arrest may also be transmitted through the International Criminal Police Organization (Interpol), provided it is simultaneously communicated through the diplomatic channel.

Article 7. Concurrent requests

If the extradition of a person is requested concurrently with requests from third States, whether for the same offence or a different one, the Requested State shall make its decision, in so far as its law allows, having regard to all the circumstances, including the provisions in this regard contained in any agreements subsisting between the Requested State and the third-party Requesting States, the relative seriousness of the offence and place where it was committed, the respective dates of the requests, the nationality (citi-

zenship) and residence of the person sought, and the possibility of subsequent extradition to another Requesting State.

Article 8. Extradition decision and surrender of the person sought

1. The Requested State shall inform the Requesting State through the diplomatic channel of its decision with regard to the extradition request.

2. In the event that a request for extradition is refused, the Requested State shall give reasons for the refusal.

3. If the request is agreed to, the Requesting State shall be informed of the place and date of surrender and of the length of time for which the person sought was detained with a view to surrender.

4. The Requesting State shall arrange for the removal of the person sought from the territory of the Requested State within 30 days, extendable for a maximum of a further 30 days. Any further extension shall only be admitted for reasons of force majeure. If the person is not removed within that period, the Requested State may refuse to extradite the person for the same crime.

Article 9. Surrender of property

1. When a request for extradition is granted, the Requested State shall, so far as its law allows, hand over to the Requesting State all articles (including sums of money):

(a) which may serve as evidence of the offence; or

(b) which may have been acquired by the person sought as a result of the offence and are in his or her possession, or were discovered subsequently.

2. If the articles in question are liable to seizure or confiscation in the territory of the Requested State, the latter may, in connection with pending proceedings, temporarily retain them or hand them over on condition that they are returned.

3. These provisions shall not prejudice the rights of the Requested State or anyone other than the person sought. When these rights exist, the articles shall on request be returned to the Requested State without charge, as soon as possible after the end of the legal proceedings.

Article 10. Rule of speciality

1. The person who has been extradited shall not be restricted in his or her personal freedom, proceeded against, sentenced or detained with a view to the carrying out of a sentence or detention order for any offence committed prior to his surrender, other than that for which he was extradited, except in the following cases:

(a) When the State that surrendered him consents. A request for consent shall be submitted through the diplomatic channel, accompanied by the documents mentioned in article 5, and the legal record of any statement made by the extradited person in respect of the offence concerned;

(b) When that person, having had an opportunity to leave the territory of the State to which he has been surrendered, has not done so within 45 days of his final discharge, or has returned to that territory after leaving it.

2. When the description of the offence charged is altered in the course of the proceedings, the extradited person shall only be proceeded against or sentenced in so far as the offence under its new description continues to be an extraditable offence.

3. A person shall not, without the consent of the Requested State, be extradited to a third State in respect of an offence committed before his surrender or return to the Requesting State, except when, having had an opportunity to leave the territory of the State to which he has been surrendered, has not done so within 60 days of his final discharge or has returned to that territory after having left it.

Article 11. Languages

The extradition request and documents submitted will be accompanied by official translations into the language of the Requested State.

Article 12. Expenses

Expenses incurred by reason of the request for extradition shall be met as follows:

(a) The Requesting State shall make its own arrangements with respect to its representation in the Requested State in any proceedings arising out of the request, and shall meet the expenses of such representation that may occur.

(b) Expenses concerning transportation of the person extradited shall be borne by the Requesting State;

(c) All other expenses incurred in the territory of the Requested State by reason of the request for extradition shall be borne by the Requested State.

Article 13. Mutual legal assistance in extradition

Each Contracting State shall, to the extent permitted by law, afford legal assistance to the other State in relation to the offence for which extradition has been requested.

Article 14. Correlation with other international treaties

This Treaty:

1. Shall not prejudice the obligations that any of the Contracting States assume or will assume pursuant to any other international multilateral agreement.

2. At the same time, it should facilitate future application of the principles contained in the aforementioned international agreements.

Article 15. Final provisions

1. This Treaty shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged in Bucharest as soon as possible. It shall enter into force on the date of the exchange of instruments of ratification.

2. This Treaty shall remain in force indefinitely. Nonetheless, either of the Contracting States may terminate it at any time, giving notice to the other State through diplomatic channel. If such notice is given, the Treaty shall cease to have effect six months after the receipt of notification.

DONE in Brasilia on August 2003, in two originals, in the Portuguese and Romanian languages, both texts being equally authentic.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, duly authorized by their respective competent authorities, have signed this Treaty.

For the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

For the Republic of Romania:

RODICA MIHAELA STĂNOIU

[TRANSLATION – TRADUCTION]

TRAITÉ D'EXTRADITION ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA ROUMANIE

La République fédérative du Brésil et la Roumanie, (ci-après dénommées les États contractants),

Désireuses de réglementer l'extradition réciproque des délinquants,

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier. Obligation d'extrader

1. Les États contractants s'engagent réciproquement à extrader, conformément aux règles et conditions visées au présent Traité, toute personne se trouvant sur le territoire de l'État contractant requis et accusée ou reconnue coupable d'une infraction passible d'extradition, au sens de l'article 2.

2. L'extradition est possible pour l'une des infractions visées à l'article 2 si elle est commise sur le territoire de l'État contractant requérant ou sur celui d'un État tiers, dès lors que l'État requérant a la compétence nécessaire pour poursuivre en justice et juger la personne réclamée et pour appliquer la peine prononcée.

3. Les infractions visées à l'article 2 peuvent donner lieu à l'extradition, qu'elles aient été commises avant ou après l'entrée en vigueur du présent Traité.

Article 2. Infractions passibles d'extradition

1. Le présent Traité s'applique aux infractions qui, aux termes des législations respectives des deux États contractants, sont passibles d'une peine privative de liberté d'au moins un an.

2. Lorsque l'extradition est demandée aux fins de l'exécution d'une condamnation, il faut en outre que la durée de la peine prononcée soit d'au moins un an.

3. Lorsque la demande d'extradition concerne deux infractions ou plus passibles d'une peine de détention en vertu des lois des États contractants, même si l'une d'elles seulement correspond aux conditions visées au paragraphe 1 concernant la durée de la peine, l'extradition est également admise pour les autres infractions.

4. Dans le cas d'infractions fiscales, l'extradition ne peut pas être refusée au motif que la législation de l'État contractant requis ne prévoit pas le même régime de taxes et d'impôts ou qu'elle ne dispose pas du même type de réglementation que la législation de l'État requérant en matière de taxes, d'impôts, de douanes ou de change.

Article 3. Motifs de refus de l'extradition

1. Nul ne peut être extradé si l'autorité compétente de l'État contractant requis constate ce qui suit :

a) La personne réclamée est un ressortissant de l'État contractant requis; ou

b) L'infraction motivant la demande d'extradition est de nature politique ou exclusivement militaire; ou

c) D'importantes raisons permettent de considérer que l'extradition de la personne concernée a été demandée en vue de la poursuivre ou de lui infliger une peine pour des motifs qui tiennent à sa race, sa religion, sa nationalité, son ethnie ou ses convictions politiques; ou que la situation de cette personne pourrait s'aggraver pour l'un ou l'autre de ces motifs; ou

d) La personne dont l'extradition a été demandée a été jugée définitivement, graciée ou amnistiée sur le territoire de l'État contractant requis pour la même infraction que celle figurant dans la demande d'extradition; ou la loi d'au moins un des États contractants stipule qu'il y a prescription; ou

e) La personne dont l'extradition a été demandée a été condamnée ou doit être jugée dans l'État contractant requérant par une juridiction d'exception ou ad hoc.

2. En cas de peine capitale, l'extradition n'est pas possible, sauf si promesse est faite par l'État contractant requérant que celle-ci ne sera pas appliquée mais bien commuée.

3. Aux fins du présent Traité, les infractions suivantes, en particulier, ne seront pas considérées comme étant de nature politique :

a) Attentat à la vie du chef de l'État ou d'un membre de sa famille;

b) Génocide, crimes de guerre, crimes contre la paix et crimes contre l'humanité;

c) Terrorisme.

Article 4. Obligation en cas de refus d'extradition

1. Le refus d'extrader un de ses ressortissants oblige l'État contractant requis, sur la demande de l'État contractant requérant, à soumettre l'affaire à ses autorités judiciaires compétentes pour exercer des poursuites pénales à son encontre et procéder à son jugement, le cas échéant.

2. Si l'État contractant requis refuse l'extradition d'un ressortissant étranger, accusé ou condamné dans l'État contractant requérant, pour une infraction grave ou pour des faits justifiant son accusation en vertu de conventions internationales qui n'imposent pas d'autre moyen de répression, l'examen de sa propre compétence et l'exercice, le cas échéant, de l'action pénale auront lieu d'office, sans exception et sans retard.

3. Dans les cas visés aux paragraphes 1 et 2, l'État contractant requérant transmettra gracieusement à l'autre État les documents, informations et biens liés à l'infraction

concernée. L'État contractant requérant sera tenu informé de l'issue réservée à sa demande.

Article 5. Procédure d'extradition

1. Sans préjudice des dispositions de l'article 6, la demande d'extradition est présentée par écrit et transmise par la voie diplomatique.

2. La demande doit être accompagnée de documents comprenant :

a) Un signalement précis de la personne concernée ainsi que tous autres renseignements pouvant aider à établir son identité, sa nationalité (citoyenneté) et l'endroit où elle se trouve;

b) Un exposé des faits constitutifs de l'infraction qui motive la demande d'extradition;

c) Les textes de loi applicables à l'affaire concernée;

d) S'il s'agit d'une personne faisant l'objet d'une condamnation, l'ordonnance pénale et le mandat d'arrêt ou les pièces équivalentes, ou les copies certifiées conformes des pièces précitées;

e) S'il s'agit d'un accusé, un mandat d'arrêt décerné par l'autorité compétente sur le territoire de l'État contractant requérant, ou une copie certifiée conforme de cette pièce.

3. S'il estime que les informations communiquées par l'État contractant requérant sont insuffisantes pour lui permettre de prendre une décision en application du présent Traité, l'État contractant requis demande à l'État contractant requérant les informations supplémentaires qui lui sont nécessaires et peut fixer le délai dans lequel il doit les recevoir.

Article 6. Arrestation provisoire

1. En cas d'urgence, la personne recherchée peut, si la législation de l'État contractant requis le permet, être arrêtée à titre provisoire sur la demande des autorités compétentes de l'État requérant. Cette demande doit indiquer l'intention de réclamer l'extradition de ladite personne et contenir une déclaration attestant l'existence d'un mandat d'arrêt ou d'une condamnation à son encontre, ainsi que les éléments relatifs à son identification.

2. Toute personne arrêtée en vertu d'une demande de cette nature sera remise en liberté au bout de soixante (60) jours à compter de la date de son arrestation si la demande d'extradition la concernant n'a pas été reçue dans ce délai. La libération de la personne recherchée n'empêche pas une nouvelle arrestation ou l'extradition de celle-ci si une demande à cet effet est reçue par la suite.

3. La demande d'arrestation provisoire peut également être transmise par l'intermédiaire de l'Organisation internationale de police criminelle (INTERPOL), dès lors qu'elle l'est parallèlement par la voie diplomatique.

Article 7. Demandes concurrentes

Si l'extradition d'une personne est demandée simultanément par l'un des États contractants et des États tiers, que ce soit pour la même infraction ou pour des infractions différentes, l'État contractant requis prend sa décision, dans la mesure où sa législation le lui permet, en tenant compte de toutes les circonstances et, en particulier, des dispositions figurant à cet égard dans les accords qui peuvent être en vigueur entre l'État contractant requis et les États tiers requérants, de la gravité de l'infraction et du lieu où elle a été commise, des dates respectives des demandes, de la nationalité (citoyenneté) et du lieu de résidence de la personne concernée et de la possibilité d'une extradition ultérieure vers un autre État requérant.

Article 8. Décision d'extradition et remise de l'extradé

1. L'État contractant requis informe l'État contractant requérant, par la voie diplomatique, de sa décision concernant la demande d'extradition.

2. Si la demande d'extradition est rejetée, l'État contractant requis motive également son refus.

3. Si la demande est acceptée, l'État contractant requérant est informé du lieu et de la date de la remise de l'extradé ainsi que de la durée pendant laquelle celui-ci a été détenu en vue de sa remise.

4. L'État contractant requérant prend les dispositions nécessaires pour évacuer l'extradé du territoire de l'État contractant requis dans un délai de trente (30) jours, une prorogation de trente (30) jours au maximum étant admise. Une nouvelle prorogation ne sera admise qu'en cas de force majeure. Si l'intéressé n'est pas évacué à l'expiration de ce délai, l'État contractant requis peut refuser de l'extrader pour la même infraction.

Article 9. Remise de biens

1. Lorsque l'extradition est accordée, l'État contractant requis, si sa législation le lui permet, remet à l'État contractant requérant tous les biens (y compris les sommes d'argent) :

a) Qui peuvent servir à prouver l'infraction; ou

b) Qui proviennent de l'infraction et sont en la possession de la personne à extrader, ou qui ont été découverts ultérieurement.

2. Si les biens en question sont susceptibles d'être saisis ou confisqués sur le territoire de l'État contractant requis, celui-ci peut, aux fins de la procédure en cours, les retenir provisoirement ou les remettre sous condition de restitution.

3. Les présentes dispositions sont sans préjudice des droits de l'État contractant requis ou de toute personne autre que la personne à extrader. Lorsque ces droits existent, les biens sont restitués, sur sa demande, à l'État contractant requis, gratuitement et dès que possible à l'issue de la procédure judiciaire.

Article 10. Règle de la spécialité

1. La personne extradée jouit de tous ses droits individuels et ne peut être poursuivie, jugée ou détenue aux fins de l'exécution d'une peine ou d'un ordre de détention pour une infraction commise avant sa remise différente de celle pour laquelle elle est extradée, sauf dans les cas suivants :

a) Lorsque l'État contractant qui a procédé à la remise de la personne concernée y consent. Une demande de consentement est alors présentée par voie diplomatique, accompagnée des documents énumérés à l'article 5 et d'un procès-verbal de toute déclaration faite par l'extradé au sujet de l'infraction en question;

b) Lorsque l'extradé, ayant eu la possibilité de quitter le territoire de l'État auquel il a été remis, ne l'a pas fait dans les quarante-cinq (45) jours suivant sa libération définitive ou s'il est revenu sur ce territoire après l'avoir quitté.

2. Si, au cours de la procédure, la nature de l'infraction incriminée se trouve modifiée, l'extradé ne peut être poursuivi, jugé ou condamné que si les faits constitutifs de l'infraction ainsi modifiée montrent que celle-ci demeure passible d'extradition.

3. Nul ne peut, sans le consentement de l'État contractant requis, être réextradé vers un État tiers pour une infraction commise avant sa remise ou avant son retour dans l'État contractant requérant, excepté si, ayant eu la possibilité de quitter le territoire de l'État auquel il a été remis, l'intéressé ne l'a pas fait dans un délai de soixante (60) jours à compter de la date de sa libération définitive ou s'il est revenu sur ce territoire après l'avoir quitté.

Article 11. Langues

La demande d'extradition et les documents présentés sont accompagnés de traductions officielles dans la langue de l'État contractant requis.

Article 12. Dépenses

Les dépenses engagées aux fins de la demande d'extradition se répartissent comme suit :

a) L'État contractant requérant prend lui-même les dispositions nécessaires pour se faire représenter dans l'État contractant requis à toutes les étapes de la procédure faisant suite à la demande et les dépenses engagées à cette fin sont à sa charge;

b) Les dépenses concernant le transport de la personne extradée sont à la charge de l'État contractant requérant;

c) Toutes les autres dépenses engagées sur le territoire de l'État contractant requis aux fins de la demande d'extradition sont à la charge de cet État.

Article 13. Entraide juridique

Dans la mesure où leurs législations respectives le leur permettent, les États contractants se prêtent mutuellement assistance pour tout ce qui concerne l'infraction qui a motivé la demande d'extradition.

Article 14. Corrélation avec d'autres traités internationaux

Le présent Traité :

1. Ne dispense aucun des États contractants du respect des engagements qui sont ou seront les siens en vertu de toute autre convention internationale à caractère multilatéral.

2. Doit, dans le même temps, faciliter l'éventuelle application des principes contenus dans les conventions internationales susmentionnées.

Article 15. Dispositions finales

1. Le présent Traité doit être ratifié et les instruments de ratification seront échangés dès que possible à Bucarest. Il entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification.

2. Le présent Traité a une durée indéterminée. Cependant, chaque État contractant peut à tout moment le dénoncer moyennant un préavis adressé à l'autre État contractant par la voie diplomatique. Dans ce cas, le Traité cessera de s'appliquer six (6) mois après réception du préavis.

FAIT en double exemplaire à Brasilia, le août 2003, en langues portugaise et roumaine, les deux textes faisant également foi.

EN FOI DE QUOI les soussignés, à ce dûment autorisés par leurs autorités compétentes, ont signé le présent Traité.

Pour la République fédérative du Brésil :
CELSO AMORIM

Pour la République de Roumanie :
RODICA MIHAELA STĂNOIU